



# indapharma

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**

**ILMO. SR. PREGOEIRO  
ALISSON DIAS LAUREANO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022  
REGISTRO DE PREÇO nº 036/2022  
ITENS 05, 08, 13 e 14**

**INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Gama Cerqueira, 734-A, bairro Jardim América, Belo Horizonte MG, inscrita no CNPJ nº 11.614.643/0001-41, neste ato representada por seu representante legal devidamente cadastrado, nos autos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.º 058/2022, denominada simplesmente **IMPUGNANTE**, no uso de seu direito de defesa e petição assegurados pela Constituição Federal; artigo 5º incisos XXXIV e LV; com fulcro no art. 12, inciso XXVII, alínea "c"; Lei 8.666/93; art. 109; inciso I; alínea "a"; Lei 10.520/02, art. 4º, inc. XVIII e item 13.1.2 do Instrumento Convocatório, vem mui respeitosamente à presença de V.Sa., apresentar as competentes

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

inconformada com a acertada decisão da digna Comissão de Licitação do Município de Conselheiro Lafaiete, representada pelo ilustre pregoeiro Alisson Dias Laureano, que após minuciosa análise da proposta e documentação de habilitação apresentadas, declarou a empresa Recorrente Goldmed Importação de Produtos Hospitalares Ltda inabilitada do certame do pregão em epígrafe, decisão esta que deverá ser mantida por seus próprios fundamentos e pelas razões que passará a expor.

Requer, assim, que recebido e processado o Recurso Administrativo aforado pela licitante GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ora impugnado, seja-lhe

**INDAPHARMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**  
CNPJ: 11.614.643/0001-41  
CONTATO: (31) 3886.0869  
Rua Gama Cerqueira, 734-A, Jardim América, BH /MG  
CEP 30.421-372  
E-MAIL: INDAPHARMA1@GMAIL.COM





# indapharma

negado provimento, mantendo-se a decisão proferida, com base nas matérias de fato e de direito a seguir esposadas:

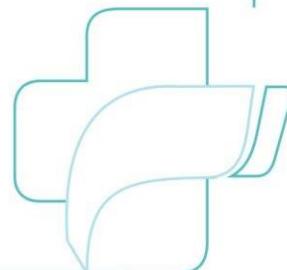
## 1. DAS RAZÕES DE RECURSO DA LICITANTE GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Faz-se mister, antes de tudo, deixar claro o repúdio que faz a ora Impugnante ao infeliz recurso apresentado pela licitante GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, haja vista que a mesma só comprova a intenção de procrastinar e tumultuar o processo.

Nenhuma razão assiste à empresa Recorrente, estando fadado seu recurso ao mais rotundo insucesso ao qual deverá ser negado provimento.

Importante preliminarmente ressaltar que nos procedimentos licitatórios é comum o inconformismo daqueles que sucumbem no curso do processo de escolha da melhor proposta para a Administração Pública.

E assim no presente caso não é diferente, conforme se denota das razões recursais ora combatidas, se trata de mera insatisfação da Recorrente com o resultado do certame, visto que não aponta qualquer ilegalidade que venha comprometer a credibilidade do resultado e ainda profere acusações infundadas, apontando como suposta razão de sua inabilitação a obediência ao item 7.1.4 pois estaria “se identificando” ao deixar de enviar os documentos de habilitação pelas quais fora inabilitada através da ilibada conduta dos agentes públicos que ao verificar os flagrantes descumprimentos das exigências dispostas nos itens **8.8.1 (Declaração de que não emprega menor); 8.8.2 (Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem); 5.9 (Declaração de que cumpre requisitos de habilitação sem assinatura válida (documentos não assinados manualmente e/ou por assinatura digital autenticável))** e ainda “**deixou de apresentar registro dos itens (05, 08, 13, 14) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde** e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU, em **desconformidade com item 8.7.4 do edital** e por fim “**não apresentou comprovação de enquadramento como ME/EPP, para participação em itens exclusivos para ME/EPP (itens 05 e 08), na forma prevista nos itens 5.1 c/c 5.3 e 5.4 do Edital**”, e por conseguinte inabilitou a empresa Recorrente.





# indapharma

A Recorrente, no recurso apresentado, só comprova sua intenção de procrastinar o processo, uma vez que o mesmo não tem nenhum fundamento técnico e/ou jurídico, buscando fazer crer que ao contrário da Recorrente que não juntou os documentos exigidos no instrumento convocatório no momento oportuno, teriam *“as demais empresas licitantes, que concorreram diretamente com a GoldMed Import nos itens 05,08,09,12,13 e 14 infringiram diretamente as regras editalícias e determinações legais do processo licitatório, especificamente no que diz respeito ao item 7.1.4, ao inserir no sistema eletrônico em data anterior à abertura da sessão pública 06/10/2022, proposta de preço que os identifica como licitantes”*. demonstrando total desconhecimento das regras que regem o procedimento licitatório, tentando fazer crer que supostamente teria atendido com todas as condições exigidas no edital.

Contudo, por respeito à Digna autoridade competente pelo julgamento do Recurso, passamos às competentes contrarrazões recursais

### **III. DA NÃO COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO - DESCUMPRIMENTO DOS ITENS 5.1 (c/c 5.3 e 5.4); 5.10 (assinatura de declarações sem certificado) E 8.7.4 (registro dos produtos) DO EDITAL**

Através de infundadas e desesperadas razões recursais, a Recorrente tenta apontar supostas irregularidade nas análises técnicas da documentação ofertada pela Empresa Recorrente em atendimento ao item 7.1.4 do edital.

Pretende demonstrar a Recorrente, a ocorrência de descumprimento da Lei e afronta aos princípios administrativos, quando, de fato, o que se verifica foi exatamente o contrário, considerando que o Pregoeiro com o auxílio da Comissão de Licitação, se baseou nas regras do instrumento convocatório e Legislações correlatas, para a condução dos procedimentos relacionados ao certame em referência.

Pois bem, conforme previsto no item 5.1 do Edital, antes mesmo de cumprir com todas as exigências relativas à empresa licitante (licença de funcionamento, regularidade técnica) e aos produtos ofertados (registros, laudos), cumpria à licitante demonstrar as suas condições para participação no certame sua qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) como condição de participação nos itens estimados em até R\$ 80.000,00, o instrumento convocatório é indubitável, *in verbis*:





# indapharma

5.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, que atendam a todas as condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório, sendo exclusivos para as ME's, MEI's e EPP's, os itens estimados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme item 19 deste Edital.

(...)

5.2. **O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.**

5.3. Os licitantes que cumprirem os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), e pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014, para obterem tratamento diferenciado e simplificado na licitação, **deverão comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte mediante a apresentação de:**

5.3.1 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a **certidão simplificada expedida pela Junta Comercial**, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

5.3.2 - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.

5.3.3 – Em todo caso, poderá o licitante, apresentar **declaração, firmada por contador**, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada a Micro, conforme modelo do ANEXO IV. (destacamos)





# indapharma

Denota-se sem qualquer esforço que a licitante recorrente quanto aos itens 05 e 08 não cumpra em sua integralidade as exigências acima dispostas, ao **não apresentar comprovação de enquadramento como ME/EPP, para participação em itens exclusivos para ME/EPP (itens 05 e 08), portanto, sua DESCLASSIFICAÇÃO, foi constatada de forma correta e deverá ser mantida.**

De igual forma, nos termos previstos no item 5.10 do Edital, deveriam as empresas licitantes ao apresentar os documentos e declarações em cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios, quando firmados por assinatura digital, anexar a página de verificação/autenticação da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil, *in verbis*:

5.10. Em caso de **documentos firmados por assinatura digital**, **deverá ser anexada a página de verificação/autenticação de conformidade da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil.** (destaque nosso)

A licitante GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA também não cumpriu a exigência do item 5.10 acima ilustrada posto que **apresentou as declarações dos itens 8.8.1 (não emprega menores), 8.8.2 (cumpre a cota de aprendiz) e 5.9 (que cumpre plenamente os requisitos de habilitação) SEM ASSINATURA VÁLIDA**, eis que a assinatura apresentada não fora manualmente realizada e encontra-se desprovida de página de autenticação, razão pela qual sendo, **sua DESCLASSIFICAÇÃO, foi legalmente realizada pelo douto pregoeiro e de igual forma deverá ser mantida.**

Neste sentido, ilustramos a assinatura oposta nos documentos colacionados pela licitante Recorrente, em desatendimento ao item 5.10 retro descrito, pois denota-se não ser assinado manualmente (imagem copiada) e não estar acompanhado de qualquer certificado de autenticação:

INDAPHARMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME  
CNPJ: 11.614.643/0001-41  
CONTATO: (31) 3886.0869  
Rua Gama Cerqueira, 734-A, Jardim América, BH /MG  
CEP 30.421-372  
E-MAIL: INDAPHARMA1@GMAIL.COM





# indapharma

Por fim, nos termos previstos no item 8.7.4 do Edital, as empresas licitantes ao apresentar sua proposta e documentação de habilitação, no tocante aos produtos ofertados, apresentar o registro dos mesmos junto à ANVISA, *in verbis*:

**8.7.4. Registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde** e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU. (destaque nosso)

A licitante GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA também não cumpriu a exigência do item 8.7.4 posto que **deixou de apresentar registro dos itens (05, 08, 13, 14) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU**, razão pela qual, sua **DESCCLASSIFICAÇÃO**, foi legalmente realizada pelo douto pregoeiro e de igual forma deverá ser mantida.

Vislumbra-se que a referida decisão proferida, reflete o posicionamento de justiça e sapiência do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devendo ser mantida na íntegra, em especial por cumprimento do Princípio da vinculação ao Instrumento convocatório, julgamento objetivo e princípio da legalidade.

Primeiramente aparenta-nos que a empresa recorrente é desconhecedora das regras licitatórias, pois impossível não saber que errou, não saber que descumpriu o edital.

Ora vejamos que no credenciamento a Recorrente declara que está ciente e concorda com o disposto no Edital do Pregão Eletrônico 058/2022, **tanto que em momento algum impugnou o edital de referência.**

Ora se não impugnou o instrumento convocatório no prazo legal, se apresentou como ciente e concordou implicitamente com as disposições do edital e não pode agora, em

INDAPHARMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME  
CNPJ: 11.614.643/0001-41  
CONTATO: (31) 3886.0869  
Rua Gama Cerqueira, 734-A, Jardim América, BH /MG  
CEP 30.421-372  
E-MAIL: INDAPHARMA1@GMAIL.COM







# indapharma

sede de recurso, vir querer discutir regras que se tornaram lei entre as partes, que é o que dispõe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Assim como já mencionado no início, não se pode deixar de trazer à tona a máxima consagrada no direito, de que o edital é a lei interna da licitação, explicitando, com propriedade JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO in *Manual de Direito Administrativo*, 24ª ed., Ed. Lumen juris, 2011, pág. 259:

**"O edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes. Nesse sentido, é expresso o art. 41 do Estatuto: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".**

Relevante frisar que o edital é a lei interna da licitação (art. 41, da Lei 8.666/93), fazendo que, tanto a Administração quanto as licitantes fiquem presas ao que for nele estipulado, sendo inadmissível, ilegal e incompreensível a aceitação de documentos, propostas ou amostras em desacordo com o exigido no instrumento convocatório. Não faz sentido que a Administração fixe um determinado procedimento e forma no edital e que, na hora da análise da documentação e da forma pré-estabelecida para a sua entrega, venha a admitir que se contrarie o exigido.

A vinculação ao edital é expressa pela lei em duas oportunidades distintas, no artigo 3.º e no artigo 41 da Lei 8666/93:

***Art. 3º. A licitação destina-se a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes só correlatos.***





# indapharma

***Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Isso significa que tanto as regras de regência substantiva quanto procedimental não poderão ser atropeladas pela Administração e pelos licitantes, permanecendo vigorosas ao longo da licitação.***

Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

Neste sentido é a lição de Jessé Torres Pereira Jr in *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.:

*“A vinculação da Administração às normas e condições do edital (vale também para a carta – convite), que a lei qualifica de estrita, acarreta pelo menos cinco consequências importantes:*

***(a) a discricionariedade da Administração para estabelecer o conteúdo do edital transmuda-se em vinculação uma vez este publicado, passando a obrigar tanto o administrador quanto os competidores;***

***(b) o descumprimento de disposição editalícia, pela Administração, equivale à violação do direito subjetivo dos licitantes de se submeterem ao certame segundo regras claras, previamente fixadas, estáveis e iguais para todos os interessados;***

***(c) para que o edital vincule legitimamente a Administração e os licitantes, necessários é que todas as suas cláusulas e condições conformem-se aos princípios regentes da***







# indapharma

*matéria e à lei, seguindo-se que o edital não é peça intangível, ao inteiro alvedrio da Administração;*

*(d) observância estrita não é sinônimo de apego cego à literalidade de palavras isoladas, impondo-se no caso de dúvida razoável, a busca interpretação que assegure a prevalência do interesse público, de acordo com o sistema de princípios e normas que o moldam;*

*(e) tampouco é conveniente “para o bom êxito de certame licitatório a inclusão de exigências que se prestam apenas a dificultar a participação dos concorrentes. Os requisitos que verdadeiramente importam devem ser aqueles referentes aos específicos objeto do contrato e não à forma como os documentos devem ser apresentados. A burocracia e a formalidade excessivas podem afastar excelentes candidatos, em prejuízo final da própria Administração”*

Não demonstrada de forma incontestada, portanto, a condição de participação da licitante recorrente, razão pela qual fora regularmente declarada desclassificada nos itens 05, 08, 13, 14.

Ademais, a procedência do recurso, com a aceitação da participação da empresa recorrente no certame, após descumprimento às normas contidas no edital, consistirá em **QUEBRA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE**, já que todos os participantes devem ser tratados de igual forma, devendo cumprir as normas legais e editalícias.

Caso se aceite a participação e declare-a habilitada e classificada em desacordo com as estipulações contidas no instrumento convocatório, estará privilegiando um em detrimento dos demais, o que é vedado pelo art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Portanto, estando, tanto as licitantes quanto a Administração Pública, vinculada ao instrumento convocatório, o qual se consubstancia na lei interna da licitação, imperiosa a inabilitação/desclassificação da Recorrente, ante ao não cumprimento das determinações editalícias em sua integralidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Isto posto, improcedem falaciosas acusações e por conseguinte deve ser mantida a inabilitação da licitante diante das flagrantes desobediências ao instrumento convocatório.





indapharma

#### IV. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, vem a Recorrida/Impugnante **REQUERER que seja conhecida a presente CONTRARRAZÃO e declarada a total improcedência do Recurso**, através do indeferimento dos pleitos da empresa recorrente GOLDMED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, por ausência de fundamentação legal ou jurídica que possa conduzir a reforma da decisão proferida.

Isto posto, requer-se seja mantida a decisão que houve por bem declarar a recorrente desclassificada no certame, por não atender expressamente as exigências do edital e da legislação quanto ao preenchimento das condições de participação, em atendimento ao disposto no artigo 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Termos em que  
Pede deferimento

Belo Horizonte/MG, 17 de Outubro de 2022

INDAPHARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME  
CNPJ 11.614.643/0001-41

INDAPHARMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME  
CNPJ: 11.614.643/0001-41  
CONTATO: (31) 3886.0869  
Rua Gama Cerqueira, 734-A, Jardim América, BH /MG  
CEP 30.421-372  
E-MAIL: INDAPHARMA1@GMAIL.COM

